

Tesouro Nacional admite que crise política e denúncias de corrupção tiveram efeito negativo na emissão de títulos públicos em julho

*Dívida Pública*

# Dívida federal chega a R\$ 915,670 bilhões

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

**O**s técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional já admitem algum grau de influência negativa da crise política na administração da dívida. No mês passado, o Tesouro teve que reduzir o volume de títulos públicos oferecidos em leilões por causa do nervosismo no mercado diante das denúncias de corrupção no governo e no PT. “(A crise) tem algum efeito sim. Quando o mercado está muito volátil, o Tesouro tem uma postura mais cautelosa. Na última semana de julho, tivemos que ajustar o leilão e oferecer menos títulos do que desejávamos”, disse o coordenador da Dívida Pública, Paulo Valle.

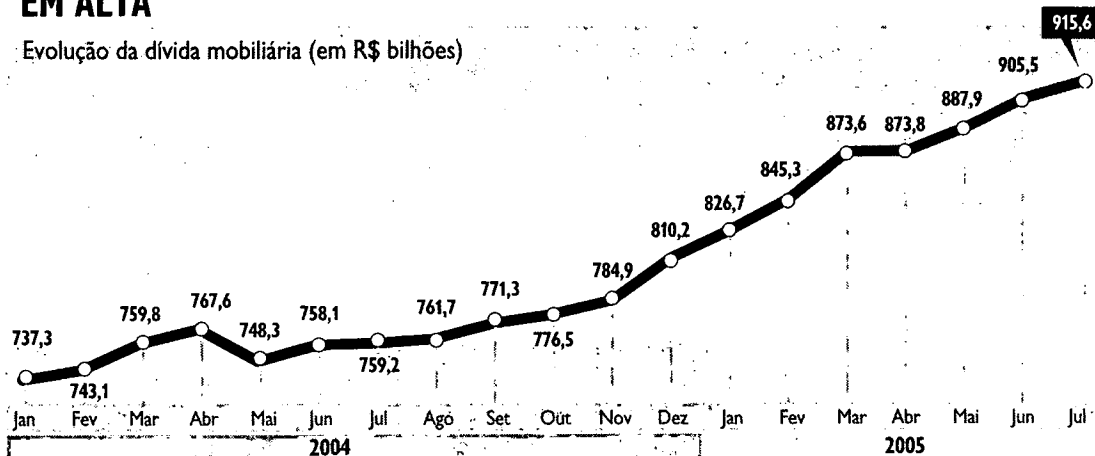
De acordo com os números divulgados ontem, a dívida federal interna cresceu 1,12% no mês passado, chegando a R\$ 915,670 bilhões. O crescimento ocorreu apesar do resgate líquido (resgates de papéis num volume superior às emissões) de R\$ 2,430 bilhões. Isso mostra o peso enorme dos juros que são incorporados todo mês ao estoque da dívida. Em julho, o endividamento subiu R\$ 12,590 bilhões só por conta dos juros, impacto que foi diminuído por causa do resgate líquido.

Valle fez questão de ressaltar, entretanto, que a situação é bastante diferente de crises mais graves, como a que ocorreu no final de 2002, quando os investidores ficaram estressados por causa da corrida eleitoral. Naquela época, o Tesouro só conseguia vender papéis bem curtos, com prazo de vencimento de um a três meses. Mesmo com a crise atual, o governo está conseguindo um bom resultado ao ofertar títulos prefixados (com juros acertados no momento da venda) com vencimento até 2012. As programações de vendas estão sendo cumpridas.

“Se olharmos os resultados do ano, estamos numa situação bastante confortável na administração da dívida”, garantiu.

## EM ALTA

Evolução da dívida mobiliária (em R\$ bilhões)



## O PERFIL DA DÍVIDA (em 2005)

Composição por tipo de correção, em % do total

|                   | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Mai   | Junho | Julho |
|-------------------|---------|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Prefixados        | 18,71   | 20,43     | 21,52 | 20,25 | 22,05 | 22,95 | 22,37 |
| Selic             | 56,00   | 56,60     | 56,98 | 58,50 | 57,24 | 56,56 | 57,32 |
| Índices de preços | 14,56   | 14,30     | 13,99 | 14,10 | 13,92 | 13,88 | 13,70 |
| Câmbio            | 8,03    | 6,02      | 4,94  | 4,62  | 4,27  | 4,12  | 4,15  |
| TR                | 2,69    | 2,64      | 2,57  | 2,53  | 2,51  | 2,49  | 2,47  |

Fontes: Tesouro Nacional e Banco Central

Segundo Paulo Valle, na crise de 2002 os investidores estrangeiros se livraram dos papéis que tinham em carteira até mesmo aceitando arcar com prejuízo. Agora, os investidores externos continuam bastante interessados nos títulos federais brasileiros. O Tesouro não detectou, até agora, nenhuma queda na demanda por esses papéis. “Os fundamentos da economia estão bem mais sólidos desta vez.”

Parte da tranquilidade percebida pelo Tesouro vem do “colchão de reserva”, que pode ser utilizado para honrar os vencimentos no caso de o governo ter dificuldades de captar recursos com a venda de títulos. Ao longo do ano, o Tesouro já fez uma emissão líquida de papéis no valor de R\$ 13,4 bilhões, o que engordou as reservas. O Ministério da Fazenda mantém o valor desse “colchão” em segredo sob o argumento de que, se o revelasse, estaria mostrando suas armas ao mercado. Segundo Valle, ele seria suficiente para honrar a dívida por pelo menos um trimestre caso o governo não conseguisse mais captar nada.

66

**QUANDO O MERCADO ESTÁ MUITO VOLÁTIL, O TESOUREIRO TEM UMA POSTURA MAIS CAUTELOSA**

Paulo Valle, coordenador da Dívida Pública

A parcela da dívida que é corrigida pela variação do dólar subiu pela primeira vez desde

maio do ano passado. Passou de 4,12% do total para 4,15%. “Esse pequeno crescimento se deveu à desvalorização de 1,7% do real no mês. Foi uma flutuação normal”, afirmou o chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto do Banco Central (BC), Ivan de Oliveira Lima. O governo tem conseguido reduzir a exposição cambial da dívida, que era de 9,88% em dezembro do ano passado.

O objetivo geral do governo é diminuir a vulnerabilidade do endividamento a variações bruscas tanto do dólar como da taxa de juros. Por isso, o Tesouro pretende, em médio e longo prazo, diminuir também a parcela dos títulos pós-fixados (atrelados à taxa básica de juros, a Selic) e aumentar a dos prefixados. Além disso, quer aumentar o prazo médio de vencimento da dívida, que ainda é muito curto. Em julho, o prazo passou de 27,11 meses para 27,57.

99